

Inquérito Civil SIG/MP n. 06.2016.00001074-9

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, Dr. **Isaac Sabbá Guimarães**, de um lado e de outro **PARTE PASSIVA**, João Simas, casado, residente e domiciliado na Rua Felipe Germano Rosa, nº 665, Estaleirinho, Balneário Camboriú, proprietário do Restaurante Taquaras, pessoa jurídica de direito privado, comercialmente conhecida como "Bar Taquaras", estabelecimento sediado na Av. Rodesindo Pavan, nº 800, bairro Taquaras, também em Balneário Camboriú-SC; Dr. Bruno Anselmo Campagnolo, OAB/SC 20.765, doravante denominado compromissário, tem entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, CRFB/88);

Considerando que o artigo 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

Considerando que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio de representação, a ocorrência, em tese, de poluição sonora causada pelo "Restaurante Taquaras" localizado na Avenida Interpraias, s/n, Taquaras, nesta cidade, tendo em vista que estaria executando música ao vivo e som mecânico acima dos limites permitidos;

Considerando a tramitação, no âmbito do Ministério Público, do Inquérito Civil Público nº 06.2016.00001074-9, instaurado para apurar a ocorrência dos fatos acima aludidos, que configuram, em tese, infração ambiental e que o escopo do presente procedimento antes de estar adstrito à judicialização do problema prefere à rápida e eficaz resolução, tendo como norte os interesses difusos;

Considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, o qual foi referendado pelo Conselho Superior do Ministério Público de Santa Catarina, em que se observam cláusulas inexecutáveis pelo compromissário, demandando, assim, adequação dos termos originais;

Considerando que foi reportado pelo procurador do compromissário, Dr. Bruno Anselmo Campagnolo, em reunião ocorrida neste gabinete ministerial, que o local onde se encontra o estabelecimento comercial recebeu a adequada rede de esgoto, tornando-se parte do item IX do presente compromisso, *a priori*, materialmente vazio pela ótica de mitigação e prevenção;

Considerando que o valor médio atribuído ao compromisso IX, conforme documentos anexos ao cadastro SIG/MP, é de R\$ 35.108,00;

Considerando que o compromissário apresentou a possibilidade de construir uma nova passarela de acesso à praia do Estaleirinho;

RESOLVEM, nos termos da Lei Federal n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e do artigo 25 e seguintes do Ato Ministerial nº 395/2018/PGJ, celebrar o presente **ADITAMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Aditamento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação das obrigações originalmente avençadas no item IX, da cláusula segunda, porquanto perfazem-se inexecutáveis pelo compromissário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES AJUSTADAS

Item IX – O Compromissário deverá construir uma nova

passarela de acesso à praia de Taquaras, mediante prévia consulta de viabilidade junto à Secretaria do Meio Ambiente, no limite do imóvel objeto do presente TAC, no valor total de R\$ 7.305,50 (sete mil trezentos e cinco reais com cinquenta centavos).

§ 1º. O saldo remanescente do valor correspondente à obrigação substituída, de R\$ 27.803,00 (vinte e sete mil, oitocentos e três reais), será destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, em seis prestações mensais de R\$ 4.634,00 (quatro mil, seiscentos trinta e quatro reais) cada.

§ 2º. O compromissário terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação do presente acordo pelo Conselho Superior do Ministério Público, para realizar a obrigação e apresentar ao órgão ministerial o respectivo comprovante de adimplemento.

Ficam inalteradas as demais cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta.

O presente aditamento é firmado em 03 (três) vias de igual teor.

Balneário Camboriú, 28 de junho de 2019.

ISAAC SABBÁ GUIMARÃES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

JOÃO SIMAS
COMPROMISSÁRIO

Dr. Bruno Anselmo Campagnolo
OAB/SC 20.765